

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 910.955 - SP (2016/0110137-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : TATIANY DEL GIUDICE NERY RODRIGUES**  
**ADVOGADO : CARLOS ALEXANDRE SANTOS DE ALMEIDA E OUTRO(S) -**  
SP172864  
**AGRAVADO : ADONAIDE DE PÁDUA PINTO NERY**  
**AGRAVADO : LEONARDO PADUA NERY**  
**ADVOGADO : JOÃO DANIEL BUENO E OUTRO(S) - SP091567**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/1973), interposto por **TATIANY DEL GIUDICE NERY RODRIGUES**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 1168/1170, e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL - Preliminar de nulidade não acolhida, visto que a sentença está devidamente fundamentada - Reclama-se indenização, porque, sendo a autora filha do primeiro casamento de seu pai, com o falecimento deste, teriam os réus, sua segunda esposa e o filho da segunda união, se apropriado dos bens imateriais de empresa do finado - O fato foi impugnado e, uma vez controvertido, demandava demonstração pela autora - Documentação apresentada pela autora carece de conhecimento técnico de contabilidade para o seu exame, mas a apelante não se interessou pela produção de tal prova, não cabendo iniciativa oficial - Prova oral que tampouco dá respaldo à pretensão da autora - No inventário a ré prestou contas, que foram aprovadas por sentença passada em julgado - Sentença mantida - Recurso improvido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1127/1132, e-STJ).

Na origem, a demanda versa sobre ação declaratória visando reconhecer o uso indevido de bens imateriais da empresa pertencente ao espólio de Ricardo Fernando Nery. O Juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido. O Tribunal *a quo* negou provimento ao reclamo.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 300, 302, 334, II ou III, 331 e 535, do CPC/73 e 227, parágrafo único, do CC/02. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, assim como a existência de elementos nos autos aptos a ensejar a procedência do pedido.

Contrarrazões (fls. 1163/1166, e-STJ).

Em juízo provisório de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: **i)** não foi demonstrada a violação dos artigos citados; **ii)** rever a conclusão do Tribunal de origem demandaria o reexame de fatos e provas; e **iii)** não foi realizado o devido dissenso jurisprudencial.

Irresignada (fls. 1173/1178, e-STJ), aduz a agravante que o reclamo merece trânsito, uma vez que o recurso interposto preenche os permissivos constitucionais.

Sem contraminuta (fl. 1180, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 1973 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à apontada violação do artigo 535, do CPC/73, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que as matérias apontadas como omitidas - **i)** nulidade da sentença de primeiro grau, pois o Magistrado ao afastar a credibilidade ao laudo que instruiu a inicial fundamentou-se em elementos estranhos aos autos; **ii)** existência de elementos incontroversos dos autos, suficientes a procedência; e **iii)** A prova oral que o venerando Acórdão impinge com o contrária a Recorrente não poderia haver sido sequer considerada. - foram objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 1112/1113, e-STJ):

"Desta feita, a sentença está devidamente fundamentada, não podendo ser acolhida a preliminar de nulidade. **O fato de a apelante não concordar com a linha de raciocínio do juiz não acarreta a nulidade da sentença. [...] Durante a instrução, não foi realizado exame pericial. A extensa documentação apresentada pela apelante carecia de conhecimento técnico de contabilidade para o seu exame, a fim de que se pudesse inferir conclusão porventura favorável à sua tese. Mas a apelante não se interessou pela produção de tal prova, não cabendo a iniciativa oficial, por se tratar de direito patrimonial disponível e por não ser a apelante beneficiária da justiça gratuita, sendo as partes maiores e capazes. A prova oral não dá respaldo à pretensão da apelante (fls. 921/922). No inventário, a apelada Adonaide, que exercia a inventariança, prestou contas, que foram aprovadas por sentença passada em julgado (fls. 896/899). É que da sentença foi interposto agravo que teve o seguimento negado, por inadequação da via recursal. Resta que a apelante não logrou demonstrar o fato constitutivo do seu direito, o que acarreta a rejeição do seu pedido. "**

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15), **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

**1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.**

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

**3.** No mérito, a Corte Estadual, após análise dos autos, manteve a sentença de improcedência, pois entendeu que a insurgente não conseguiu comprovar o seu direito. É o que se observa do seguinte trecho do acórdão atacado (fls. 1113/1114, e-STJ):

**"[...] A extensa documentação apresentada pela apelante carecia de conhecimento técnico de contabilidade para o seu exame, a fim de que se pudesse inferir conclusão porventura favorável à sua tese. Mas a apelante não se interessou pela produção de tal prova, não cabendo a iniciativa oficial, por se tratar de direito patrimonial disponível e por não ser a apelante beneficiária da justiça gratuita, sendo as partes maiores e capazes. A prova oral não dá respaldo à pretensão da apelante (fls. 921/922). [...] É que da sentença foi interposto agravo que teve o seguimento negado, por inadequação da via recursal. Resta que a apelante não logrou demonstrar o fato constitutivo do seu direito, o que acarreta a rejeição do seu pedido. [...]"**

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. Adequada a deliberação monocrática no que concerne ao não

acolhimento da tese de negativa de prestação jurisdicional, pois inexistentes quaisquer vícios no acórdão proferido pelo Tribunal a quo, ficando afastada, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

**2. A alteração do entendimento sedimentado nas instâncias ordinárias, no sentido de que a autora não logrou comprovar os fatos constitutivos do seu direito, somente seria possível mediante o revolvimento dos elementos de fatos e provas dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor do óbice da Súmula 7 do STJ. A incidência do referido óbice impede a análise do dissídio jurisprudencial. Precedentes.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 871.400/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 11/05/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA RÉ.

1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado impõe o desprovimento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, aplicável por analogia.

Precedentes.

**2. O Tribunal de origem, amparado do conjunto fático-probatório dos autos e nas cláusulas contratuais, concluiu que a parte recorrente não logrou comprovar o aumento da sinistralidade do grupo a fim de justificar o reajuste na mensalidade do plano de saúde, reconhecendo a abusividade no reajuste do referido plano. Assim, não é possível alterar tais conclusões, pois demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, além da interpretação das cláusulas contratuais, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1688833/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/08/2018, DJe 12/09/2018)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL ADESIVO. PEDIDO DE FALÊNCIA. ART. 94, I, DA LEI 11.101/2005. DOCUMENTOS. SUFICIÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a inobservância da regra do art. 398 do CPC/73 somente gera nulidade nos casos em que os documentos tenham sido relevantes para a solução do

litígio, o que não ocorreu no presente caso. Precedentes.

3. O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que: "Verifica-se totalmente dispensável o pleito acerca da desconsideração dos documentos de ffs. 89/112, até mesmo porque sequer utilizados na fundamentação da decisão. (fl. 195).".

**Assim, o acolhimento da pretensão recursal a fim de considerar imprestáveis os documentos juntados para comprovar o direito alegado pelo agravado, e a alteração as conclusões do acórdão recorrido exigiria o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.**

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 897.070/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018)

**4. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.**

Confira-se:

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

**2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.**

(AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

**5. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator